

É A IMAGEM EMPRESARIAL DE CABO VERDE UM ESPELHO DO SEU POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL?

Jorge Lopes*
(lopes@ipb.pt)

Carlos Balsa*
(balsa@ipb.pt)

Alcina Nunes*
(alcina@ipb.pt)

Instituto Politécnico de Bragança
Portugal

RESUMO

O desenvolvimento sustentado de uma economia passa pela sua capacidade de atrair investimentos que, ao criarem empresas, geram emprego e riqueza. Recorrendo a indicadores internacionais de atractividade empresarial – que incluem indicadores de empreendedorismo, inovação, burocracia e corrupção e os tradicionais indicadores de crescimento e desenvolvimento económico – vai tentar perceber-se qual a relação entre a imagem empresarial que o mundo associa a Cabo Verde e o seu potencial de crescimento e desenvolvimento. Pretende-se, ainda, perceber como a imagem empresarial de Cabo Verde, no mundo, pode influenciar o sucesso das grandes opções estratégicas de desenvolvimento preconizadas para Cabo Verde e, em especial, a opção de promoção da capacidade empreendedora, da competitividade e do crescimento e do alargamento da actividade produtiva.

1. INTRODUÇÃO

Cabo Verde é uma economia jovem, de relativa pequena dimensão, que tem vindo a conquistar um lugar visível no panorama económico mundial, como atesta a sua adesão recente à Organização Mundial do Comércio (OMC)¹. A abertura plena da economia ao comércio internacional reforça um percurso de desenvolvimento e crescimento económico em que Cabo Verde se assumiu como uma das poucas economias africanas a alcançar os objectivos traçados nos *Millenium Development Goals* e lhe permitiu a passagem, em Janeiro de 2008, para o grupo dos países de rendimento médio, de acordo com os padrões estabelecidos pelas Nações Unidas².

A transição do grupo de países menos desenvolvidos para a etapa seguinte de desenvolvimento não constitui, no entanto, um processo isento de dificuldades, colocando a economia numa fase crítica do seu processo de desenvolvimento económico e social (ADB, 2007). De facto, novos desafios se colocam num país fragmentado, de reduzida dimensão e recursos naturais escassos e com significativas lacunas nos sectores da educação, formação profissional e infra-estruturas. A consolidação dos indicadores de crescimento e desenvolvimento – tanto económicos como sociais – que assegurem um processo de desenvolvimento sustentável e a criação de condições para o desenvolvimento do sector privado, atracção de investimento e criação de emprego com o consequente resultado de erradicação da pobreza são dois desafios incontestáveis.

Considerando o enquadramento actual do processo de desenvolvimento de Cabo Verde reconhece-se, nomeadamente, a necessidade de alargar a base produtiva da economia, essencialmente fundada no sector dos serviços, de forma a incentivar o processo produtivo e a garantir a sua competitividade não só nacional como também internacional. Fundamental para a expansão da base produtiva surge a capacidade de atractividade de investimento externo. Este constitui-se como um dos eixos das grandes opções de desenvolvimento de Cabo Verde, neste novo século, apostando-se na credibilidade externa das políticas macroeconómicas como um factor de atracção desse mesmo investimento.

Partindo do conceito de credibilidade externa, este trabalho pretende analisar e avaliar, com base em indicadores internacionais de atractividade empresarial, qual é a

¹ Em 2008, Cabo Verde tornou-se o 153º membro efectivo da OMC.

² Resolução 59/2009 das Nações Unidas de Dezembro de 2004.

imagem transmitida pela economia aos potenciais investidores internacionais. Serão apresentados e analisados indicadores internacionalmente aceites de definição de risco e atractividade empresarial, aferidos e publicados por organizações internacionais de apoio ao desenvolvimento como o Banco Mundial ou as Nações Unidas, de forma a tentar perceber-se qual é a relação entre a imagem empresarial que o mundo associa a Cabo Verde e o seu potencial de crescimento e desenvolvimento económico.

Acresce-se ainda que tais indicadores são comumente utilizados pelos decisores políticos nacionais na definição de estratégias e políticas de crescimento e desenvolvimento económico e que são fundamentais para a apresentação do perfil de um território que se quer envolver numa estratégia económica de globalização e competitividade empresarial.

O presente estudo adoptará uma estratégia metodológica de análise descritiva, de médio e longo prazo, dos diversos indicadores de empreendedorismo, competitividade, inovação e adopção tecnológica, burocracia e corrupção disponíveis publicamente, em diversos fóruns mundiais de excelência, como se os autores se constituíssem como investidores potencialmente interessados. Assim, e do ponto de vista de um potencial investidor externo, o estudo seguirá os passos de uma análise crítica desses mesmos indicadores, procurando identificar relações entre eles e os tradicionais indicadores de crescimento e desenvolvimento económico de Cabo Verde.

Para atingir os objectivos propostos o trabalho organiza-se da seguinte forma. A secção 2 apresenta e discute um conjunto de indicadores macroeconómicos que caracterizam a economia cabo-verdiana. Nas secções 3 e 4 o mesmo exercício é realizado, tentando avaliar-se o ambiente político e empresarial que caracteriza o território. Por fim, apresentar-se-ão as conclusões que se considerarem pertinentes.

2. INDICADORES ECONÓMICOS E SOCIAIS

Para se perceber qual é o contexto económico e social que um possível empreendedor externo encontrará em Cabo Verde, é importante caracterizar a sua estrutura produtiva e social, com base em tradicionais indicadores macroeconómicos e humanos. Estes indicadores apresentam-se nas Tabelas 1-2.

Tabela 1. Indicadores macroeconómicos

Indicadores Macroeconómicos (%)	Anos							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
PIB a preços correntes (milhões de euros)	585,0	629,4	660,2	721,2	744,4	813,3	942,2	1.045,1
PIB <i>per capita</i> (euros)	1.346,0	1.422,4	1.465,5	1.572,0	1.593,4	1.708,7	1.943,2	2.115,1
Taxa de crescimento:								
- PIB a preços correntes	4,4	7,6	4,9	9,2	3,2	9,3	15,9	10,9
- PIB <i>per capita</i>	1,6	5,7	3,0	7,3	1,4	7,2	13,7	8,8
Peso do sector económico no PIB								
- Agricultura	10,7	9,7	9,1	8,9	8,6	8,3	7,0	5,8
- Pesca	2,2	1,7	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2	1,1
- Indústria	6,8	5,4	5,0	5,4	5,1	7,3	7,2	7,0
- Construção	7,7	7,4	8,1	7,7	7,7	8,2	9,2	9,8
- Serviços	64,9	67,4	67,1	67,4	68,1	66,6	67,8	68,3
Exportações (% do PIB)	6,5	6,0	6,3	6,0	5,9	8,5	7,9	5,1
Importações (% do PIB)	42,7	43,7	47,9	43,0	46,9	43,4	57,6	54,1
Índice de Preços no Consumidor (tx de variação média anual)	-2,4	3,7	1,8	1,2	-1,9	0,4	5,4	4,5
Taxa de Desemprego	21,0	19,1	16,2	15,1	17,0	24,4	18,3	

Fonte: Cálculos próprios com base em dados estatísticos recolhidos em publicações diversas do Banco de Cabo Verde. Para o cálculo dos valores em Euros foi utilizada a relação 1 Euro = 110,265 CVE, valor fixado pelo Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde, desde 1998. Notas: os valores para o PIB, e indicadores associados, são valores estimados para os anos de 2005 e 2006 e valores provisórios para 2007; o PIB a preços de mercado, inclui, além dos VAB sectoriais, taxas e impostos sobre importações (+) e serviços financeiros intermediários (-).

Na tabela 1 pode observar-se como a economia de Cabo Verde se tem afirmado economicamente ao longo do século XXI, permitindo-lhe integrar o grupo de economias de rendimento médio. Com uma capacidade de gerar riqueza crescente, e que nos anos de 2006 e 2007 se estima ter ultrapassado a taxa de crescimento de 10%, a economia apresenta, também, algumas fragilidades estruturais – a sua estrutura produtiva assenta, essencialmente, no sector dos serviços, encontra-se demasiado dependente das importações, não apresenta uma clara estabilidade dos preços e, apesar da evolução económica positiva, não absorve uma parte significativa da sua população activa.

Note-se que, apesar da crescente importância do sector industrial e, mais recentemente, do sector da construção, em detrimento da agricultura e pescas, estes sectores contribuem ainda com menos de 20% para a criação de riqueza. Em relação ao sector de construção, o peso relativamente elevado na economia traduz, por um lado, o seu efeito na criação de emprego e, por outro, a contribuição para o agravamento da balança de pagamentos devido a grande dependência externa para os materiais e

equipamentos de construção. Simultaneamente, verifica-se que as importações crescem a cerca de 55% do PIB enquanto as exportações se limitam a cerca de 5% do mesmo. A volatilidade no crescimento dos preços da produção é também um aspecto notório – períodos de deflação seguidos por períodos de crescimento mais acentuado no IPC deverão merecer uma atenção mais cuidada.

Tabela 2. Indicadores Sociais

Indicadores Sociais (%)	Anos							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
População média (milhares)	434,6	442,5	450,5	458,8	467,2	476,0	484,9	494,1
População Feminina	52,3	52,3	52,2	52,1	52,1	52,0	51,9	51,9
População Urbana	53,4	54,2	55,0	55,8	56,6	57,4	58,2	58,9
População Activa (% do Total)	38,6	39,0	39,4	39,9	40,4	40,8		
Esperança de Vida à Nascimento (Anos)	69,6	69,9	70,2	70,5	70,8	71,1	71,4	71,7
Taxa Iliteracia								
- Total	26,2	25,4	24,5	23,7	22,9	22,0	21,3	20,6
- Mulheres	34,3	33,3	32,3	31,2	30,2	29,2	28,3	27,4
Índice de Desenvolvimento Humano (0 to 1)	0,711			0,721	0,722	0,736		
- Ranking (em 174 países)	100,0			105,0	106,0	102,0		
Índice de Pobreza Humana (IPH-1 %)	20,8			18,7	18,7	15,8		

Fonte: ADB – *Selected Statistics on African Countries*, 2008 Volume XXVII.

A taxa de desemprego elevada é um aspecto importante a ter em conta na caracterização económica de Cabo Verde. Especialmente porque associada à selecção de indicadores sociais, apresentada na Tabela 2, indicia a presença de uma fragilidade estrutural na capacidade de atrair Investimento Directo Estrangeiro (IDE) – a inexistência de mão-de-obra qualificada.

Observa-se, por exemplo, que apenas cerca de 41% de uma população, ainda marcadamente rural e apresentando taxas de iliteracia que podem atingir 27% das mulheres e 21% dos homens, está disponível para entrar no mercado de trabalho. De facto, estes factores não serão alheios ao facto de em 2005 cerca de 16% da população viver abaixo dos limiares de pobreza - apesar dos esforços reconhecidos mundialmente para atingir as metas de desenvolvimento humano e que são visíveis na evolução positiva dos indicadores apresentados.

A constatação de uma evolução positiva dos indicadores humanos e do potencial de crescimento produtivo em Cabo Verde parece dar indicações de que as fragilidades, económicas e sociais, apontadas podem ser superadas e constituem-se como um sinal

claro de atracção de investimentos directos estrangeiros (IDE) para a economia. Os dados apresentados no Gráfico 1, mostram precisamente este facto.

Gráfico 1. Evolução das Entradas e Saídas de IDE



O gráfico mostra a importância das entradas de IDE em Cabo Verde. A tendência associada é, notoriamente, crescente acentuando-se nos anos últimos anos em análise – em 2007 o montante de investimento externo recebido pela economia ascendeu a cerca de 60% do seu Produto Interno Bruto.

A actual importância relativa da entrada de IDE, quando comparada com o PIB, é ainda mais notória quando se compara o stock de entradas de IDE com o grupo de países da África Ocidental em que Cabo Verde se insere.

Fonte: UNCTAD – World Investment Report 2008

Os dados disponibilizados pelo organismo das Nações Unidas para o comércio e desenvolvimento – UNCTAD – são claros no que respeita à importância relativa de entradas de investimento estrangeiro em Cabo Verde. Se, no início do milénio, a percentagem de entrada de IDE em relação ao PIB era muito semelhante à dos seus vizinhos verifica-se, actualmente, uma descolagem acentuada de Cabo Verde, relativamente à África Ocidental, como receptor de IDE.

Ora, para além dos indicadores económicos e sociais apresentados, outros factores devem ser introduzidos para explicar esta tendência e para perceber se a mesma é robusta no futuro cenário de desenvolvimento da economia.

3. AVALIAÇÃO DO AMBIENTE POLÍTICO E SOCIAL

De forma a promover, numa economia eminentemente global, uma actuação económica, política e socialmente sustentada dos agentes económicos que agem numa esfera mundial várias organizações – públicas e privadas de âmbito mais ou menos global – têm desenvolvido esforços para criar indicadores diversos que sejam internacionalmente aceites e comparáveis.

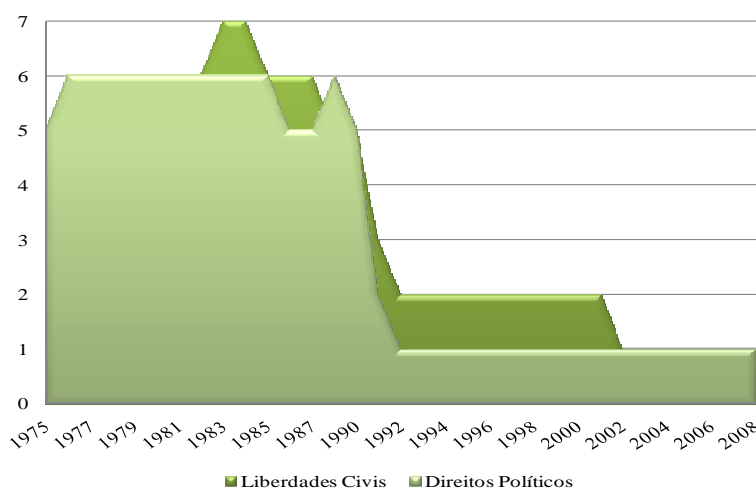
Estes indicadores, apoiando-se em metodologias distintas, possuem, em comum, o facto de gozarem de uma credibilidade reconhecida e de, por isso, poderem ser factores de influência para potenciais acções de investimento directo externo. Ao permitirem completar a análise de risco económico, político, social e até ambiental de uma economia podem ser decisivos para a conclusão, ou não, de um processo de intenção de investimento

A apresentação de vários desses indicadores internacionais, das suas metodologias de cálculo e a respectiva análise de resultados constitui-se como a fase seguinte no processo de avaliação da capacidade de atracção de investimento internacional para Cabo Verde.

Considerado um guia indispensável para a análise da evolução democrática e da liberdade política no mundo, a publicação *Freedom in the World* (Freedom House, 2008) apresenta anualmente, desde 1972, um conjunto de indicadores de *rating* que avaliam comparativamente 193 países e 15 outros territórios em termos de direitos políticos, liberdades civis e estatuto em termos de liberdade, tal como experimentado pela população, com base na declaração universal dos direitos do homem.

De acordo com esta publicação, Cabo Verde é um país considerado “livre” desde 1991, resultando este facto da melhoria notória ao nível dos direitos políticos, desde esse período, e da melhoria contínua ao nível das liberdades individuais de expressão e da actuação autónoma dos indivíduos sem que exista interferência do poder político, tal como se observa no Gráfico 2.

Gráfico 2. Evolução dos Indicadores *Freedom in the World* para Cabo Verde



As liberdades Civis e os direitos políticos são medidos numa escala de 1 a 7, com 1 a representar o valor mais elevado de liberdade e 7 o valor mais baixo.

Fonte: Freedom in the World (www.freedomhouse.org)

Acresce-se ainda, e de acordo com a mesma publicação, que Cabo Verde faz parte dos 46% do conjunto de 193 países observados que se considera apresentarem um ambiente político livre. Compõe ainda um conjunto restrito de 20,8% dos países da África Subariana que se considera possuírem tal tipo de ambiente político.

A opção pela análise primária do ambiente político que enquadra uma economia para a qual se analisa o risco de investimento, é importante porque tal anula incertezas quanto ao respeito de direitos fundamentais de propriedade e de liberdade de actuação empresarial. Note-se, no entanto, que os indicadores apresentados acima são demasiado latos, não se referindo especificamente ao ambiente económico e empresarial.

Para uma análise mais profunda de algumas liberdades associadas a aspectos empresariais pode analisar-se o *Index of Economic Freedom* publicado pela *Heritage Foundation* e o *Wall Street Journal*. A construção do índice, para um conjunto de 183 países, fundamenta-se na necessidade em avaliar a capacidade dos indivíduos para controlar os meios de produção – trabalho ou capital – e assim agirem livremente nas suas actividades de produção, consumo e investimento, auferindo, em simultâneo, da protecção pública esperada numa democracia.

A liberdade económica de um país é aferida através de 10 aspectos específicos que incluem as liberdades empresarial, comercial, fiscal, monetária, financeira, laboral e de investimento, os direitos de propriedade, a ausência de corrupção e a dimensão governamental (Heritage Foundation, 2009). Os indicadores que compõem o índice são avaliados de 0 a 100, com 100 a indicar o melhor valor para o indicador. Refira-se

também que o valor do indicador, para um determinado ano, se refere aos aspectos observados no ano imediatamente anterior.

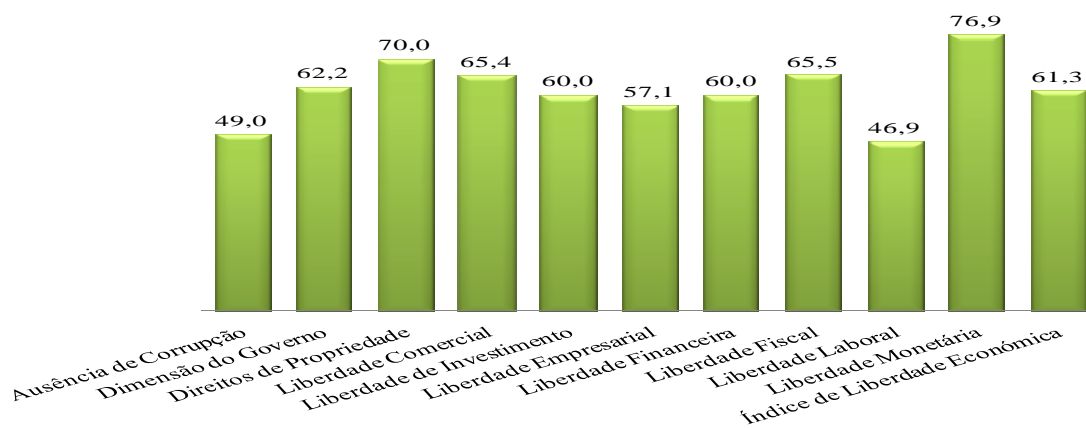
Apresentado o índice é possível observar, na Tabela 3, os resultados obtidos para Cabo Verde ao longo dos últimos 9 anos assim como a relação entre os componentes do índice para o último ano disponível, no Gráfico 3.

Tabela 3. Evolução do *Index of Economic Freedom* e respectivos componentes

Indicadores	Anos									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Ausência de Corrupção	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	40,0	49,0
Dimensão do Governo	52,0	61,1	49,6	36,5	69,7	64,5	71,0	56,5	60,5	62,2
Direitos de Propriedade	70,0	70,0	50,0	50,0	50,0	50,0	70,0	70,0	70,0	70,0
Liberdade Comercial	45,0	39,4	46,8	58,4	38,0	23,0	36,2	41,2	41,2	65,4
Liberdade de Investimento	70,0	70,0	70,0	50,0	50,0	50,0	50,0	50,0	60,0	60,0
Liberdade Empresarial	55,0	70,0	70,0	85,0	85,0	85,0	55,7	55,7	55,3	57,1
Liberdade Financeira	10,0	30,0	50,0	50,0	50,0	50,0	50,0	50,0	50,0	60,0
Liberdade Fiscal	65,0	64,9	64,5	64,2	64,0	81,2	77,1	67,0	66,2	65,5
Liberdade Laboral						56,9	57,0	56,4	56,7	46,9
Liberdade Monetária	70,1	71,2	87,2	81,1	86,4	87,1	89,3	88,1	78,7	76,9
Índice de Liberdade Económica	51,9	56,3	57,6	56,1	58,1	57,8	58,6	56,5	57,9	61,3

Fonte: 2009 Index of Economic Freedom (<http://www.heritage.org/Index/>)

Gráfico 3. Índice de Liberdade Económica, e respectivos componentes, para 2009



Fonte: 2009 Index of Economic Freedom (<http://www.heritage.org/Index/>)

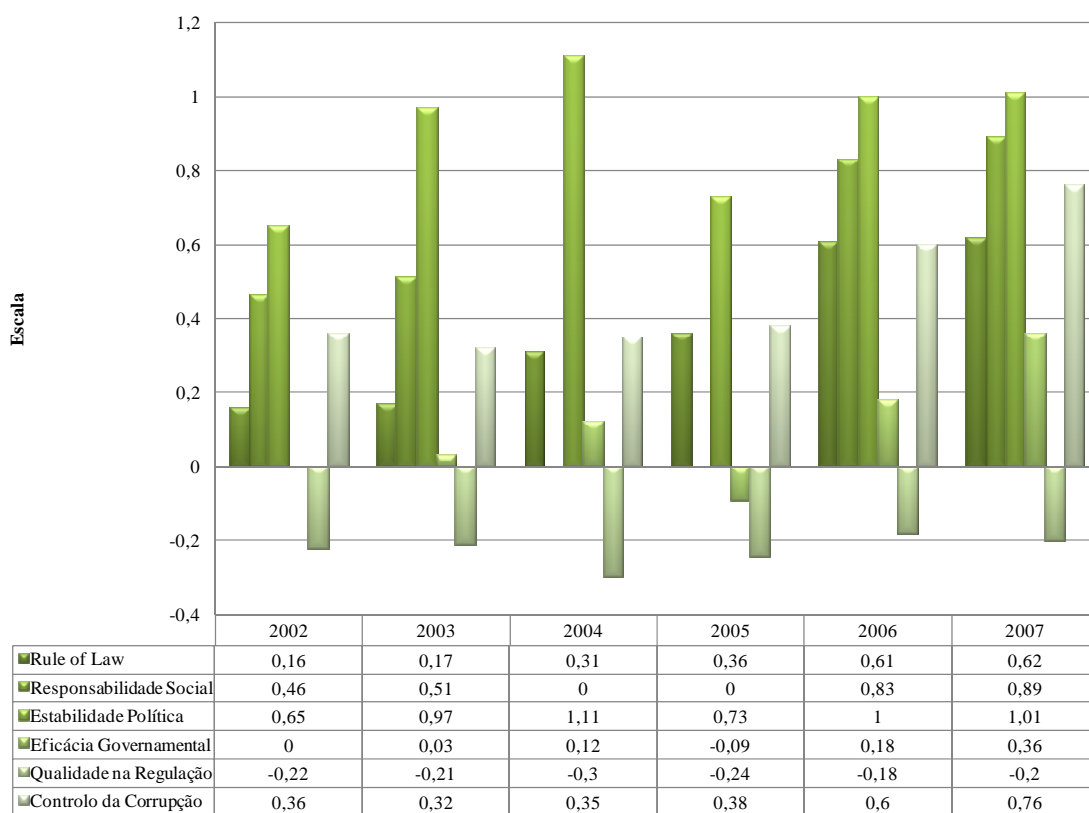
Da análise da Tabela 3 e Gráfico 3, é incontestável a evolução muito positiva em todos os componentes do índice de liberdade económica, excepto para a liberdade de investimento.

Também, para uma análise mais concreta do ambiente político em que se pondera a realização de um investimento podem ser analisados os indicadores presentes

no projecto *Worldwide Governance Indicators* patrocinado pelo Banco Mundial. O projecto tem calculado, desde 1996, indicadores de governação para 212 países para seis dimensões distintas de governação: responsabilidade social, estabilidade política e ausência de violência, eficácia governamental, controlo da corrupção e *rule of law* (Kaufmann et al., 2008). Os dados que servem de base ao cálculo dos indicadores provêm de observatórios de empresas, cidadãos e especialistas nos países em análise. Os indicadores são apresentados numa escala de crescendo positivo que se calcula entre -2,5 e 2,5.

Na tabela 4 os mesmos indicadores de governação são apresentados em termos percentuais de forma a comparar a actuação da economia, em causa, relativamente ao conjunto de países analisados. O valor percentual apresentado, em cada ano, indica a percentagem de países que se encontram abaixo do valor calculado para uma determinada economia. Assim, valores mais elevados indicam uma melhor posição da economia globalmente.

Gráfico 4. Evolução de Indicadores de governação



Fonte: World Governance Indicators, 2008 (www.govindicators.org)

Tabela 4. Evolução percentual relativa de indicadores de governação

Indicador de Governação (posição percentual)	Anos								
	1996/97	1998/99	2000/01	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Controlo da Corrupção		46,6	62,6	68,0	66,0	66,0	66,0	72,3	74,4
Eficácia Governamental	55,5	64,5	62,6	59,2	59,7	62,1	53,1	62,1	65,9
Estabilidade Política	82,2	83,2	82,7	65,4	81,3	87,0	68,3	81,3	83,2
Qualidade na Regulação	22,4	39,5	55,6	45,4	46,8	43,9	47,3	47,8	48,1
Responsabilidade Social	70,3	69,7	71,2	61,5	63,5	65,9	59,1	74,5	74,5
Rule of Law	66,2	76,2	72,4	57,1	58,1	61,4	60,5	67,1	67,1

Fonte: World Governance Indicators, 2008 (www.govindicators.org)

O indicador em que Cabo Verde se destaca refere-se à estabilidade política e à ausência de violência, seguindo-se a responsabilidade social que indica uma boa capacidade dos cidadãos cabo-verdianos participarem na selecção dos seus governantes assim como a existência de liberdade de expressão, associação e informação. Em 2007, último ano para o qual estão disponíveis dados, cerca de 83% da população mundial de países coberta por estes indicadores apresentavam um grau de estabilidade política e ausência de violência menor, incluindo-se Cabo Verde no conjunto dos 25% de países em que a responsabilidade social apresenta os resultados mais elevados. Estas conclusões reforçam os resultados já observados, no campo político e cívico, através dos outros indicadores apresentados anteriormente.

Refira-se, no entanto, que tais resultados não são equivalentes a eficiência económica. A qualidade dos serviços públicos e a credibilidade das políticas públicas, medidas através do indicador eficácia governamental, foram apontadas como aspectos menos positivos a atribuir à gestão pública cabo-verdiana. No entanto, é interessante a melhoria que tal indicador tem apresentado nos últimos anos oferecendo sinais muito positivos para potenciais investidores. Em 2007, tal indicador colocava mesmo Cabo Verde no conjunto dos 35% de países considerados como tendo valores de eficácia governamental mais elevados.

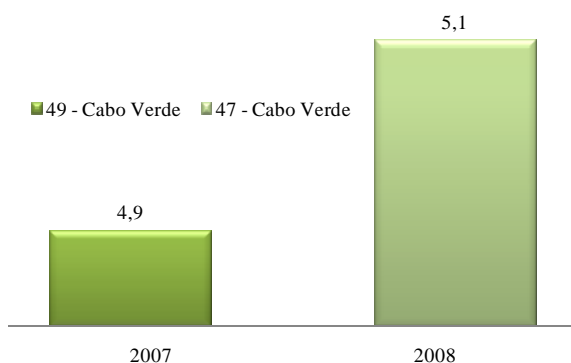
Outro indicador de extrema importância na capacidade de atracção de investimentos, especialmente num continente como o africano, refere-se à capacidade de uma economia em controlar a corrupção – o indicador apresenta resultados positivos e tendencialmente crescentes nos últimos anos.

Para uma melhor análise deste aspecto, pode ainda introduzir-se um outro indicador internacional, de interesse reconhecido, exclusivamente destinado a medir a percepção que os cidadãos, em geral, e os empresários e instituições, em particular, possuem relativamente aos níveis de corrupção – entendidos como abusos públicos em

função de ganhos privados e medidos pela frequência e/ou dimensão dos subornos – verificados nos sectores público e político. Designado por *Corruption Perceptions Index* (CPI), avalia tais níveis de corrupção através de fontes como os Bancos Africano e Asiático de Desenvolvimento, o Fórum Económico Mundial, o *Freedom House*, o *Economist Intelligence Unit* ou o *World Competitiveness Yearbook*. Os resultados para Cabo Verde mostram-se no Gráfico 5.

A evolução do índice para a economia cabo-verdiana é evidente – de 2007 e 2008 subiu dois lugares no ranking colocando-se, em 2008, no 47º lugar de países para os quais a percepção de existirem fenómenos de corrupção é menor.

Gráfico 5. Posicionamento no *Ranking Corruption Perceptions Index*



O CPI avalia a percepção relativa a níveis de corrupção de 0 a 10, com 0 o valor mais negativo e 10 o valor mais positivo. Posiciona depois os 180 países analisados por ordem decrescente do índice.

Fonte: Transparency International Corruption Perceptions Index (www.transparency.org)

A evolução muito positiva de indicadores de controlo da corrupção, tal como apresentada pelos *World Governance Indicators*, pelo *Index of Economic Freedom* ou pelo *Corruption Perceptions Index* confere à economia sinais objectivos de que a realização de um investimento e o seu sucesso não estão dependentes de aspectos menos claros e controláveis económica e legalmente.

De facto, é importante para um investidor acreditar que os contratos que realizam se constituem como compromissos éticos sérios guiados por regras políticas, sociais e económicas universalmente reconhecidas e confiar que as instituições públicas em geral, e os tribunais em particular, zelam para garantir o seu cumprimento adequado. De regresso à análise dos *World Governance Indicators*, a observação do indicador *rule of law* indica o quanto um investidor poderá acreditar que os compromissos serão respeitados num determinado país. Ora, em 2007, 67% dos 212 países avaliados

apresentavam valores mais baixos para tal indicador do que os apresentados para Cabo Verde.

Até ao presente momento, neste estudo, a análise de diversos indicadores construídos para avaliar, de forma comparativa, o risco de uma economia nota os progressos verificados em Cabo Verde em termos de liberdade política, social e económica assim como progressos ao nível do controlo de fenómenos de corrupção. No entanto, apesar dos vários sinais positivos transmitidos pela economia e que a colocam num grupo de países a considerar numa potencial opção de investimento, Cabo Verde não tem conseguido transmitir a mensagem de que tais esforços se constituem como um compromisso sério. O indicador que mede a qualidade da regulação pública, nos *World Governance Indicators*, apresenta valores negativos ao longo do tempo, mesmo apesar da evolução no sentido positivo. Os sucessivos governos, embora tal aconteça em mais 48% das economias no mundo, parecem ainda não ter sido capazes de implementar políticas de regulação e promoção de desenvolvimento do sector privado que beneficiem da confiança necessária para serem bem sucedidas.

A análise da capacidade de criar factores de atracção de investimento directo estrangeiro não deve, contudo, limitar-se ao tipo de indicadores já apresentados. Se eles podem permitir reconhecer o território e adquirir confiança nas suas instituições políticas não permitem avaliar factores empresariais mais concretos que possam influenciar o interesse em investir num determinado território. Outros factores como a agilidade burocrática e a segurança na constituição de uma empresa, no processo de produção e na distribuição interna e/ou externa da mesma são os mais adequados para tal análise. Todos estes factores serão analisados através dos resultados obtidos por dois projectos do Banco Mundial que pretendem aferir do ambiente empreendedor existente nas economias mundiais – os projectos *Doing Business* e *Business Surveys*.

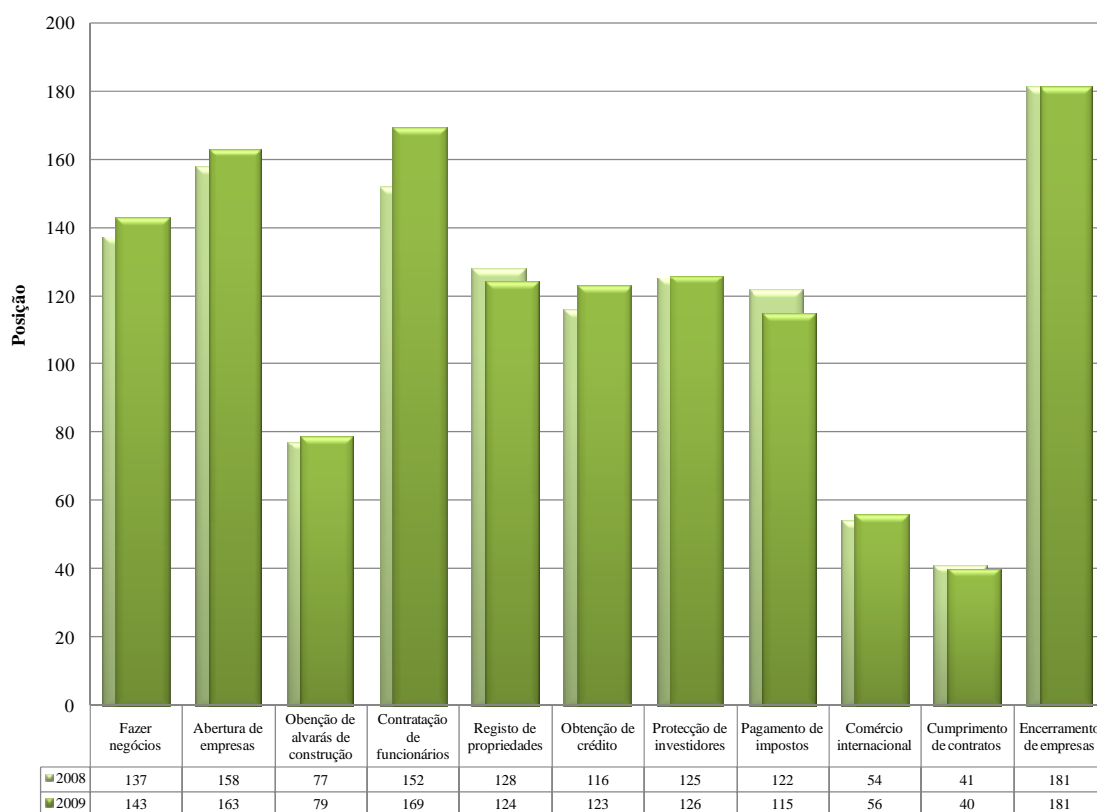
4. AVALIAÇÃO DO AMBIENTE EMPRESARIAL E DA CAPACIDADE DE CRIAR NEGÓCIOS

Sendo dois projectos patrocinados pelo Banco Mundial, os projectos *Doing Business* e *Enterprise Surveys* apresentam-se como duas ferramentas de diagnóstico distintas mas complementares. Diferem nas fontes de informação, na frequência de apresentação de tal informação e no número de países abrangidos. O projecto *Doing Business* abrange actualmente 181 economias mundiais para as quais são observados

dados referentes à legislação e aos regulamentos e requerimentos administrativos que podem influenciar a esfera empresarial da economia enquanto o projecto *Enterprise Surveys* tenta captar a percepção que os indivíduos possuem relativamente ao ambiente empresarial em cerca de 111 economias – e para um universo de 90.000 empresas – menos desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento.

Relativamente aos indicadores fornecidos pelo projecto *Doing Business* para Cabo Verde, os resultados globais apresentam-se no Gráfico 6.

Gráfico 6. Evolução dos indicadores *Doing Business*



Fonte: Doing Business, 2009 (<http://www.doingbusiness.org/>)

Os indicadores incluem a avaliação de itens administrativos relacionados com os procedimentos referentes à criação, processos de produção, comercialização e encerramento de uma empresa, entre outros aspectos relacionados com o processo produtivo. Mais especificamente apresenta-se a posição relativa de uma economia relativamente aos tópicos: abertura e encerramento de empresas, obtenção de alvarás de construção e registo de propriedades, contratação de funcionários, obtenção de crédito, protecção de investidores, comércio internacional e cumprimento de contratos. Para

cada um deles, o projecto ordena os países que analisam de 1 a 181 constituindo-se o tópico “fazer negócios” como o resumo dos restantes.

Para cada um dos tópicos apresentam-se, no Gráfico 7, os factores que determinam o seu resultado final podendo comparar-se Cabo Verde com os seus vizinhos regionais e com o grupo de países mais desenvolvidos e que integram a OCDE.

Gráfico 7: Indicadores *Doing Business*

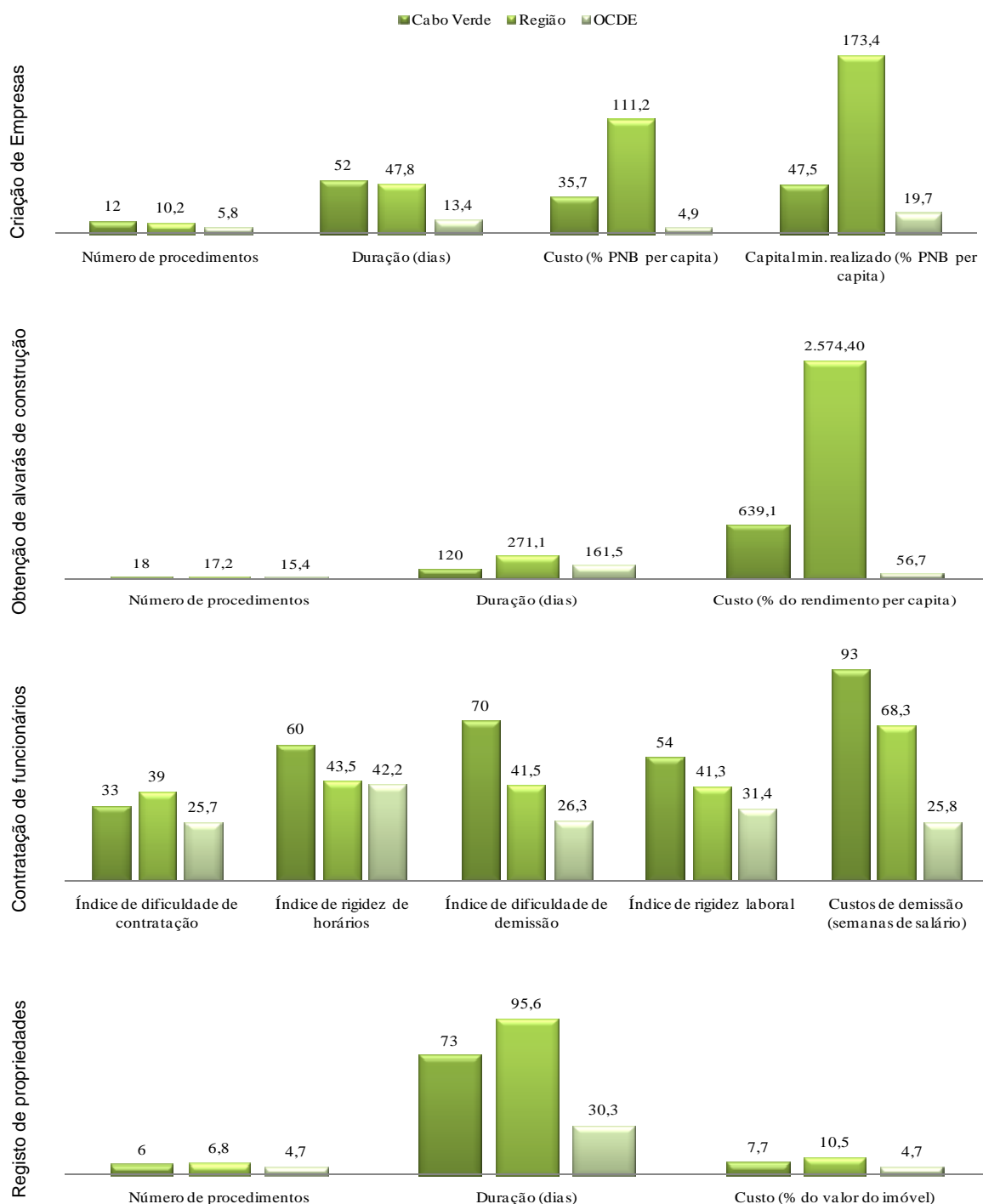
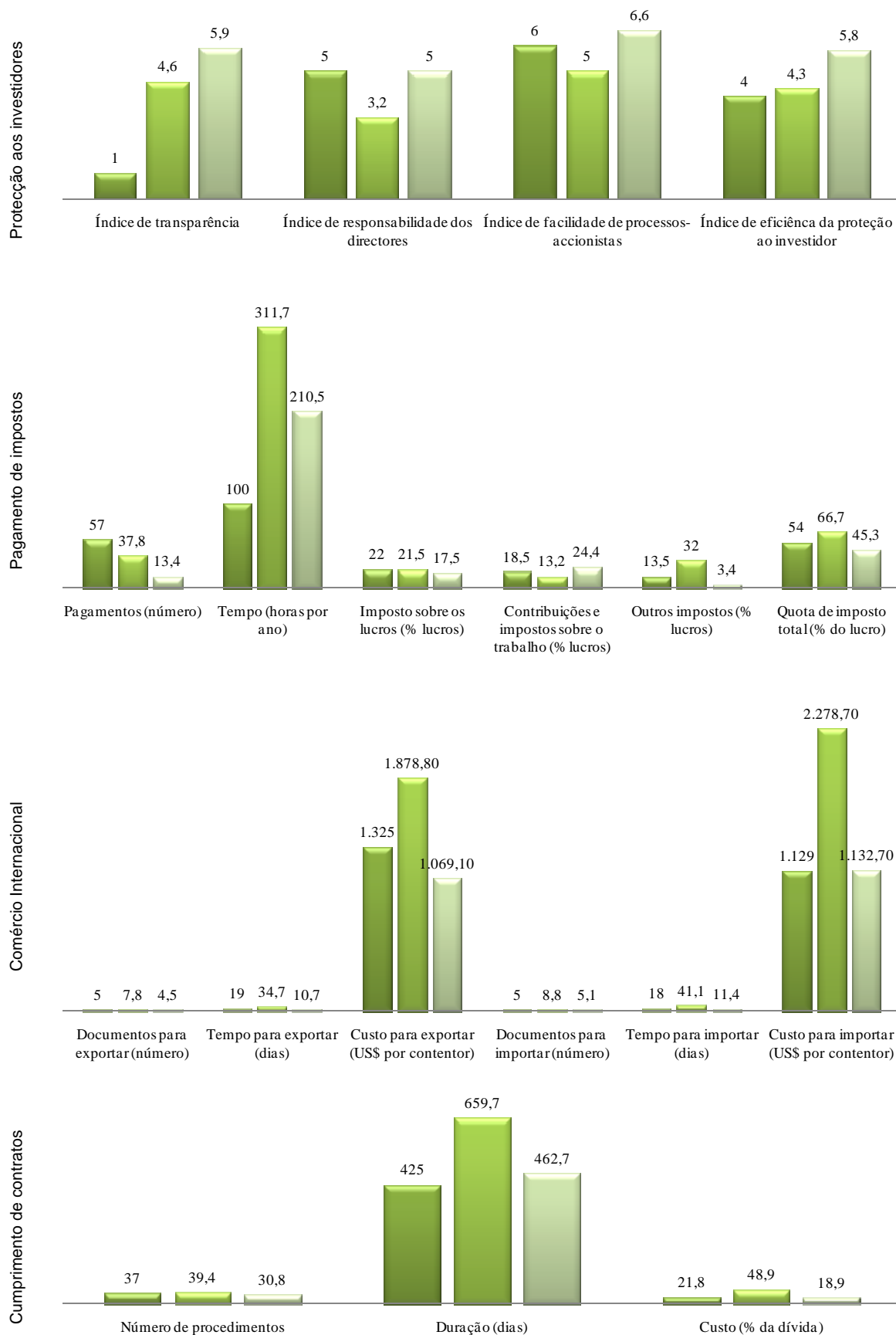


Gráfico 7. Indicadores *Doing Business* (cont.)



Fonte: Doing Business, 2009 (<http://www.doingbusiness.org/>)

Em termos globais, o que se observa para Cabo Verde, e para os dois últimos anos no panorama do empreendedorismo mundial, é um posicionamento menos desejável relativamente a parte dos tópicos em causa. Refira-se, no entanto, o bom posicionamento do país nos itens cumprimento de contratos – indubitavelmente influenciado pelo bom ambiente político e social já constatado na secção anterior – e comércio internacional, a que não será alheio a adesão da economia à Organização Mundial do Comércio.

De facto, em termos de cumprimentos de leis contratuais estima-se que o número de procedimentos jurídicos relacionados com disputas, o tempo dispendido assim como os custos associados estão muito próximos do que acontece nas economias mais desenvolvidas. Relativamente ao comércio internacional o mesmo acontece demonstrando que, neste aspecto, a burocracia não se constitui como um obstáculo aos factores de atracção para IDE.

O mesmo não acontece relativamente a outros factores fundamentais para atrair investidores. Abrir uma empresa, por exemplo, exige realizar o dobro de procedimentos administrativos que num país mais desenvolvido e demora 4 vezes mais tempo. É ainda um processo dispendioso (especialmente para os investidores nacionais) que pode representar cerca de 50% do PIB *per capita* de um cabo-verdiano. Aliada à dificuldade em abrir uma empresa refiram-se as dificuldades (processuais e financeiras) em obter alvarás de construção e em registar propriedades. Note-se, também, a notada inflexibilidade do mercado de trabalho – muito superior ao que se observa na OCDE e mesmo na região – e que, como se viu anteriormente, apresenta lacunas de qualificação evidentes. Refira-se, por fim, a ausência registada de procedimentos para encerramento de empresas que coloca o país no último lugar do ranking, no que se refere a este aspecto.

O resumo de todos estes aspectos coloca Cabo Verde na posição 143 do ranking de economias em que é mais “fácil” realizar negócios. Ora, não sendo uma posição confortável quando se pretende atrair investidores se torna ainda mais desconfortável quando se observa que o país já apresentou indicadores de maior facilidade.

A generalidade dos itens apresentados pioraram o que se deve constituir como um claro aviso para os decisores públicos. A economia apresenta condições políticas e cívicas que lhe permitiriam apresentar indicadores empresariais com maior capacidade de atractividade.

O projecto *Enterprise Surveys* tenta ir além da análise de procedimentos e custos administrativos ao procurar captar a percepção empresarial sobre os maiores obstáculos que a implementação de um negócio pode enfrentar em cada uma das economias em desenvolvimento. Ao mesmo tempo procura posicionar a economia no palco da competitividade empresarial. Para atingir os objectivos referidos, o projecto inquire empresas a operar em cada território relativamente a aspectos como regulamento e impostos, licenças, corrupção, criminalidade, economia informal, infra-estruturas, inovação e tecnologia, comércio e mercado de trabalho. Os factores que influenciam cada um dos aspectos gerais que se pretende avaliar, são apresentados no Gráfico 8. Para Cabo Verde, os dados disponíveis referem-se a 2006 e comparam-se com os resultados obtidos para a região e para o conjunto das 111 economias que foram estudadas nesse ano.

Gráfico 8. Indicadores *Enterprise Surveys*

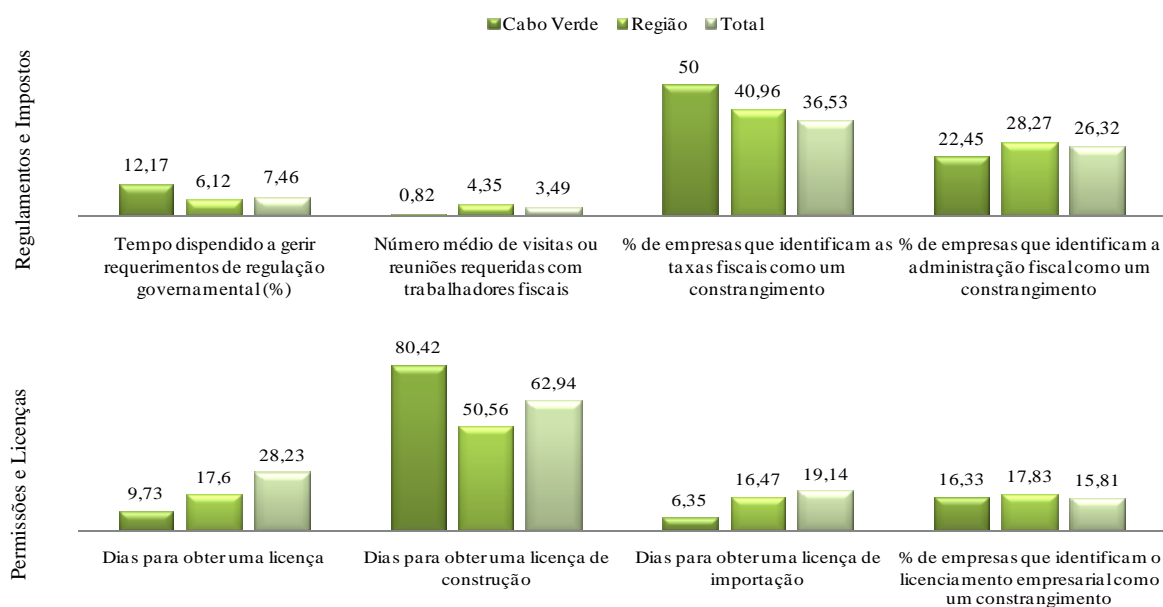


Gráfico 8. Indicadores *Enterprise Surveys* (cont.)

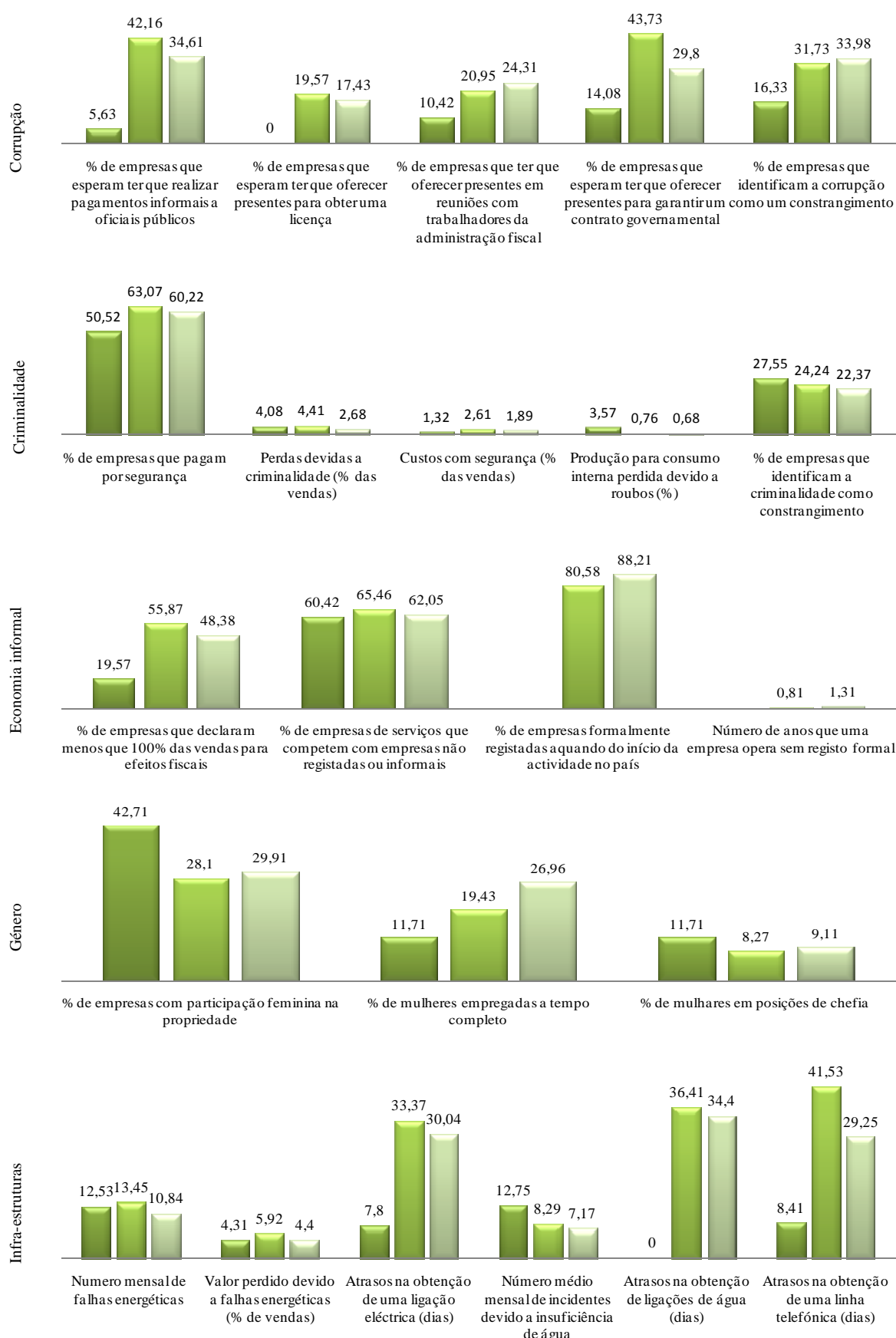
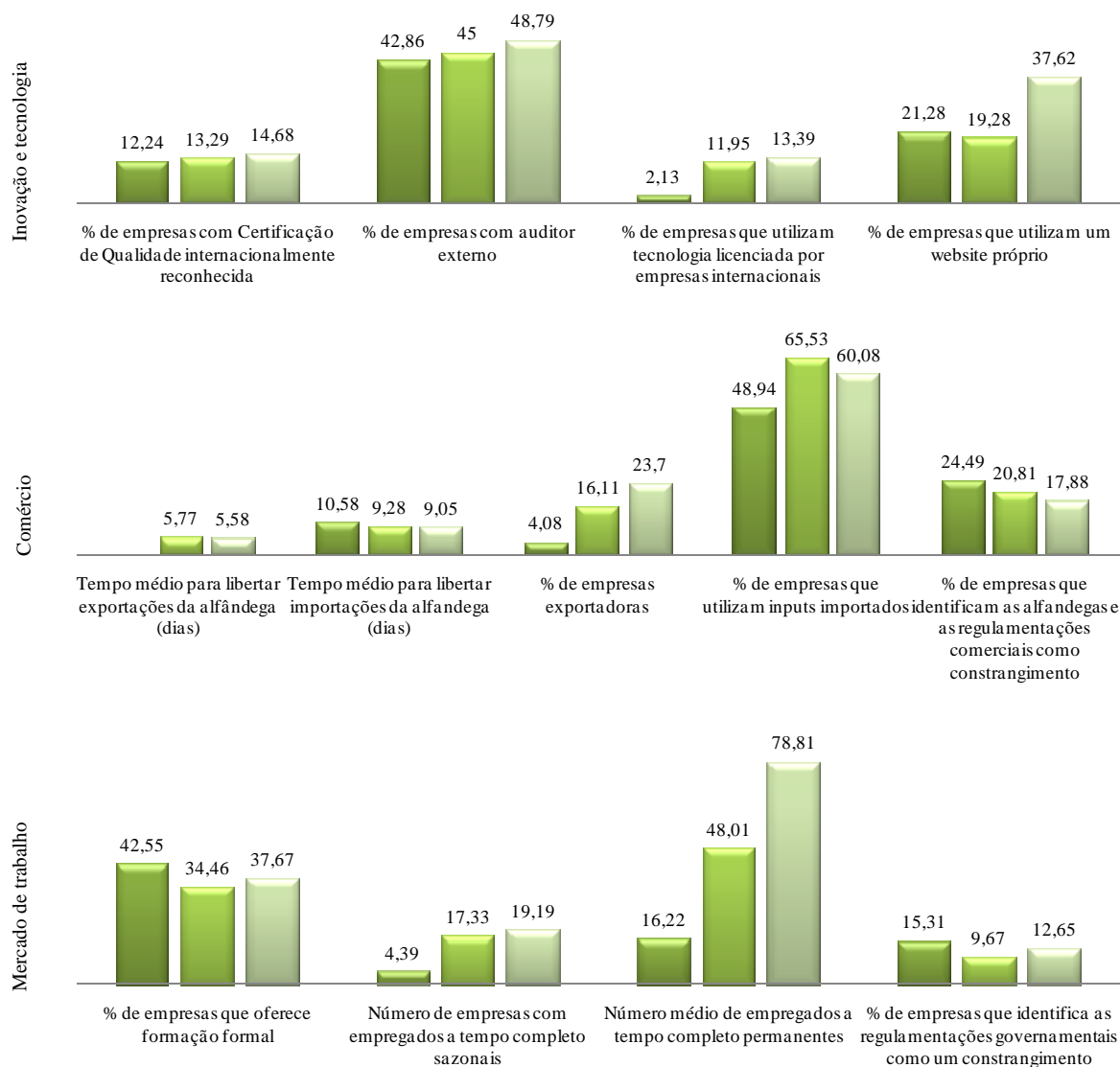


Gráfico 8. Indicadores *Enterprise Surveys* (cont)



Fonte: Enterprise Surveys, 2006 (<http://www.enterprisesurveys.org/>)

O Gráfico 8 é rico em informação que se tentará resumir nos pontos fortes e fracos que poderão permitir definir um perfil de atratividade da economia cabo-verdiana.

Um primeiro aspecto a salientar refere-se à participação das mulheres na actividade empresarial – cerca de 42% das empresas observadas possuem algum tipo de participação feminina na propriedade e cerca de 12% ocupam mulheres em lugares de chefia – embora apenas uma pequena percentagem de mulheres seja empregue a tempo completo. Este aspecto, aparentemente contraditório não parece ser mais do que o resultado de algumas das constatações das secções anteriores – ambiente caracterizado por um elevado respeito pelas liberdades pessoais e por deficiências várias no mercado

de trabalho. Num relacionamento também muito estreito com as conclusões retiradas da observação do ambiente sociopolítico constata-se que as empresas cabo-verdianas notam os progressos realizados ao nível da corrupção ao contrário do que acontece nas outras economias – onde é um aspecto considerado de grande constrangimento para a iniciativa empresarial.

De facto, os grandes constrangimentos apresentados pelas empresas em Cabo Verde referem-se, em grande medida, a procedimentos burocráticos e administrativos assim como os custos associados à actividade empresarial. O número de dias para obter licenças, nomeadamente de construção, as taxas de imposto inerentes, o tempo dispendido a gerir requerimentos e regulamentos apresentam valores superiores tanto aos países da região como às restantes economias mundiais com as quais Cabo Verde mais se compara. Outro aspecto que poderá afastar um potencial investidor refere-se à criminalidade que, em termos absolutos, é o factor mais referenciado como constrangimento à actividade empresarial assim como aquele que origina mais perdas em percentagem das vendas. Ainda no que respeita a aspectos menos positivos, refira-se o elevado número de respostas que afirmam ser elevada a competição de uma economia informal.

No que se refere a infra-estruturas, salienta-se o facto conhecido de que Cabo Verde é um território com problemas no abastecimento de água, factor que sendo ambiental deve merecer um especial cuidado dos governos. Este aspecto, associado a uma menor adopção de inovações e tecnologias, deve ser objecto de investimento público que permita criar condições físicas que ultrapassem os conhecidos obstáculos ambientais e consequentemente desenvolver condições de atractividade externa.

A análise dos elementos constantes no gráfico reforça ainda as observações já realizadas relativamente às fragilidades do mercado de trabalho, nomeadamente a fraca participação da população activa numa actividade a tempo completo. Note-se, no entanto, que parece existir uma tentativa para ultrapassar tais fragilidades. Cabo Verde apresenta a maior taxa de empresas que oferece formação formal aos seus trabalhadores numa clara abordagem ao problema das fracas qualificações da mão-de-obra disponível.

5. CONCLUSÃO

Cabo Verde é um território pequeno com problemas estruturais, inerentes à sua localização geográfica e à sua juventude como nação, que tem conseguido alcançar um

estatuto de economia em desenvolvimento – num grau intermédio entre países de baixos rendimentos e países mais desenvolvidos – num ambiente de crescente liberdade política e social. Tal ambiente é notório nas análises internacionais de risco político e vem-se materializando em indicadores, sucessivos, de sucesso em termos de desenvolvimento humano e social.

Apesar da boa classificação do país nos rankings de risco político e social é também notório, para um potencial investidor externo, que tal ainda não se espelha em indicadores que avaliam as potencialidades de empreendedorismo numa economia. Tais indicadores permitem concluir por um fraco desempenho ao nível da atractividade empresarial externa. Saliente-se, no entanto, que são visíveis os esforços para ultrapassar aspectos menos positivos observados relativamente ao ambiente empresarial existente e que a tais esforços não serão alheios os investidores internacionais, dado o crescimento do fluxo de entradas de IDE nos dois últimos anos.

Note-se, por fim, que o país se caracteriza por um elevado grau de abertura ao exterior o que, sendo um bom sinal para potenciais interessados numa cooperação económica com Cabo Verde, coloca a economia numa posição de fragilidade no actual contexto de crise económica mundial podendo comprometer os avanços alcançados e, consequentemente, o potencial de desenvolvimento que vem demonstrando nos últimos anos. A dependência de fluxos de exportação, remessas dos emigrantes, turismo e de IDE, que se contraem em períodos de recessão económica, deve merecer um especial cuidado dos decisores públicos para que não se hipoteque os desenvolvimentos alcançados. Estes devem, também, ver neste período de crise a oportunidade para alterar factores estruturais que caracterizam a economia e onde se destaca a importância de desenvolver uma actividade produtiva com uma maior base industrial em detrimento da actual base produtiva assente em serviços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADB – African Development Bank (2007), ADB and Cape-Verde: 30 Years of Partnership.
- ADB – African Development Bank (2008), Selected Statistics on African Countries 2008, Volume XXVII.
- Freedom House (2008), Freedom in the World 2008: The Annual Survey of Political Rights and Civil Liberties.

- Kaufmann, D., Kraay, A. and Mastruzzi, M. (2008), Governance Matters VI: Aggregate and Individual Governance Indicators 1996–2007, World Bank Policy Research Working Paper nº 4654.
- UNCTAD – World Investment Report 2008.
- World Bank (2007), Enterprise Surveys Country Profile - Cape Verde 2006.
- World Bank (2009), Doing Business – Country Profile for Cape Verde.